

CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS /UFABC: EDUCAÇÃO E EMPATIA – LGBTQIA+: SOMOS TODOS DIFERENTES

Autora: Maria de Jesus Souza Santos

Orientador: Dr. Vinicius Ruiz Albino de Freitas

RESUMO

A presente pesquisa abordará as narrativas relatadas por estudantes, da segunda e terceira série do Ensino Médio, da E.E Levi Carneiro e da E.E Prof. Esther Garcia, ao qual acompanho como Professora de Arte e Diretora, desde o sexto ano do Ensino Fundamental. Após vários anos acompanhando os estudantes, é possível observar seu desenvolvimento acadêmico e pessoal, dentre diversas questões inerentes a infância e adolescência, é evidente as angústias por não se reconhecerem cisgêneros, e por sofrerem discriminação por parte da própria família. Tais conflitos contribuíram para um cenário socioemocional, que por diversas vezes eclodiram no espaço escolar. Muitas foram as vezes em que a educação se apropriou do papel social do acolhimento e da orientação, transcendendo a função pedagógica para promover a função de igualdade, conscientização, valorização a diversidade e promoção da empatia, valores os quais todo o ser humano tem direito.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Acolhimento, Empatia, Oportunidade, Identidade de Gênero.

Introdução

A discriminação familiar e social promove o distanciamento afetivo entre o sujeito trans e sua família. Diante do desafio em assumir uma identidade não-cisgênero, ou seja, se reconhecer como transgênero em uma sociedade moralista, a pessoa provoca o questionamento de estereótipos e preconceitos consolidados na sociedade, os quais existem sob a justificativa de preservação dos direitos dos “cidadãos de bem”, manifestando o senso comum.

As violações repetidas dos direitos humanos e a falta de políticas públicas efetivas em busca de equidade fazem parte do cotidiano de homossexuais e transgêneros. A discriminação e marginalização é tamanha, que além das manifestações em busca do direito de ser e do direito de amar, a luta por moradia, saúde e trabalho são consequências deixadas pela exclusão. Olhar para essas pessoas e seu lugar na sociedade pode ser arcabouço para reflexão acerca do direito à liberdade de escolas, inclusive a de se identificar no gênero homem ou mulher.

Esta pesquisa foi construída com os estudantes da 3^a série E. M para ouvir os



depoimentos sobre a identidade trans, os desafios e as expectativas dos mesmo em relação ao que esperam da sociedade.

O percurso se deu pelo levantamento de direitos relacionados ao uso do nome social, dos direitos das pessoas trans e do relato de estudantes do Ensino Médio. Logo depois, o projeto tem como princípios disseminar aos docentes da unidade escolar, que também acompanham a vida pedagógica das turmas participantes, o desenvolvimento e os resultados da pesquisa. Diante disso, é primordial desenvolver momentos de diálogo com todos os estudantes da unidade escolar sobre o tema identidade de gênero.

Educação em Direitos Humanos e a comunidade LGBTQIA+

A educação em Direitos Humanos promove a garantia da equidade para todos e amplia a defesa aos direitos LGBTQIA+. Inicialmente vale ressaltar algumas questões voltadas para a transexualidade em si, muitos questionamentos surgem na sociedade por falta de informação, empatia ou até por moralismo. Por que ela existe? Uma das respostas pode estar ligada a questões biológicas, como a influência de alguns hormônios e algumas substâncias que podem estar circulando pela placenta e pelo cordão umbilical. E aí o cérebro feminino numa genitália masculina, ou ao contrário, cérebro masculino numa genitália feminina, pode explicar a questão da transexualidade. Não há consenso sobre as causas da transexualidade. Há especialistas que a defendem com uma condição neurológica, podendo inclusive estar ligada a algum fator genético. Na vanguarda, a França já retirou o transexualismo da lista de transtornos mentais desde 2010.

A transexualidade efetivamente deixou de ser considerada uma doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A classificação estatística internacional de doenças e problemas de saúde (CID) manteve a condição como um transtorno mental por 28 anos.

A pessoa transgênero é uma pessoa que nasceu com determinado sexo biológico, e não se identifica com o seu corpo. Um exemplo é o indivíduo que nasceu com genitália masculina, cresceu com as transformações causadas pelos hormônios masculinos, mas sua identificação é com o físico feminino.

Contudo, o termo transgênero pode ser categorizado a partir de diversas perspectivas, as quais são descritas por Jaqueline G. Jesus:



A categorização da população transgênero na cultura brasileira contemporânea pode ser descrita a partir de 6 (seis) dimensões: biológica (relativa ao sexo biológico); identitária (referente ao gênero com o qual a pessoa se identifica); clínica tradicional (visão ortodoxa, relacionada à nomeação dada por profissionais de saúde a partir do modelo patologizante); clínica identitária (visão nova e ainda heterodoxa, decorrente da apropriação da visão identitária sobre gênero pela clínica, que assume um papel inclusivo para as pessoas transgênero); laboral (decorrente da aproximação atribuída socialmente a determinados grupos profissionais); e política (consequente da identificação da pessoa com o gênero e a busca por uma desvinculação ao modelo patologizante). (JESUS, p.105, 2013)

Durante este artigo o termo Cisgênero (ou simplesmente Cis) também será citado algumas vezes, por isso vale ressaltar que o mesmo é usado para designar os indivíduos que se identificam com o gênero (masculino ou feminino) que lhes foi atribuído ao nascer. Já transgênero (ou simplesmente Trans) é o termo que se refere aos indivíduos que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento.

Sendo delimitados os termos aqui utilizados e o sentido de pessoas transgênero e homossexuais, vale enfatizar a sua ligação com os Direitos Humanos, partindo do pressuposto de que:

Em um sentido real, o argumento dos direitos humanos para os transgêneros precisa considerar o fato desagradável de que em muitos lugares ao redor do mundo, aquelas pessoas cuja identidade e expressão de gênero não se conformam com o sexo estabelecido no nascimento, não são percebidas nem mesmo para contar como humanas; elas não são consideradas, em outras palavras, humanas no sentido que humanos “normais” o são. (THOMAS, 2017, p. 06)

Por isso, se faz necessário a promoção de políticas públicas efetivas, que assegurem a educação e a empatia sobre o direito humano na decisão de se reconhecer com um gênero oposto ao qual nasceu, respeitando a identidade a que se reconhece e foi construída ao longo da vida.

Segundo Jaqueline Gomes de Jesus, “a transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa” (JESUS, 2010).

Portanto, a mulher transexual é toda pessoa que reivindica o direito social como mulher, e o homem transsexual é toda pessoa que reivindica o direito social como homem.



Essa conquista deve permear desde cedo o território da educação, pois as crianças e jovens tendem a sofrer a aceitação social já no espaço ao qual deveria promover a consolidação da identidade a que essa pessoa se reconhece, como o espaço familiar e escolar.

Identidade de Gênero na Escola

Relato do estudante A - (18 anos), aluno desde o 6ºano do ensino fundamental II, na E.E Levi Carneiro, negra, cabelos longos e cacheados, tinha poucos amigos, estava sempre observando a rotina da sala de aula. Na 1ªsérie do ensino médio, passou a liderar um projeto de acolhimento aos estudantes novos na unidade escolar, foi seu desafio superar a timidez e se reconhecer como do sexo masculino, seu testemunho foi registrado com a convicção de que a comunidade trans precisa ter seus direitos garantidos e efetivos, que as políticas públicas não sejam só estatísticas. Em nosso diálogo perguntei sobre adoção do nome social e o estudante, respondeu que: “Continuarei com meu nome, mas me reconheço como menino”, sobre a aceitação dos familiares, relatou que foi tranquilo, a transição não gerou constrangimento. Diante esses e outros relatos surgiu a necessidade de discutir na unidade escolar as questões relacionadas a identidade e expressão de gênero.

A partir de diálogos estabelecidos com estudantes e professores, foi possível elencar alguns motivos que permeiam os conflitos pessoais sofridos por pessoas transgênero e/ou homossexuais. Os quais seguem:

- Há o medo de relatar para a família;
- Há falta de conversa entre os familiares e o entendimento da causa;
- Falta de confiança e insegurança ao dizer para a família (para os pais principalmente);
- Não sabem como a família vai reagir quando souber do caso;
- “Nem todos os trans passam por transformações, por que só de não se identificar com o gênero ao nascer, você já é um transexual”;
- A não aceitação com imposição;
- O meu pai disse: “SE VOCÊ APARECER COM UMA MULHER, É MELHOR EU ESTAR MORTO”;



- Por não conseguir posição no mercado de trabalho, dificuldades de arrumar um emprego, muitos acabam indo para a prostituição;
- A aceitação da família é muito importante e da sociedade também;
- A não aceitação da condição reflete no espelho de dentro para fora e expõe que as pessoas vejam isso, podendo ocorrer já na infância;
- São conflitos de dentro da casa, com opiniões divididas, onde o pai não aceita a condição e a mãe por amar o filho(a), acaba aceitando do fundo do coração o seu grande amor por ele(a) e não pela transformação de que o filho(a) esteja passando.
- A falta de atenção aos filhos(as) pode gerar carência afetiva, como um simples gesto de carinho ou conversa diária. Em alguns casos, pode haver necessidade de transição feita a partir de tratamento hormonal, os quais só podem ser realizados com profissionais da saúde (endocrinologista e psicólogo). Porém muitos pais não enxergam as alterações de comportamento desde a infância e adolescência dos jovens, que entram em conflito emocional com eles mesmo o tempo todo até chegar a fase adulta, com mais equilíbrio afetivo.

Faz parte desta pesquisa, portanto, orientar a partir da educação no direito a vida as escolhas e a liberdade asseguradas na Constituição Federal/1988. Promover a cidadania plena a todas as pessoas, respeitando o direito a democracia para que possam de fato exercer a autonomia e o protagonismo enquanto cidadãos. Apoiar as iniciativas voltadas para as políticas públicas de reconhecimento e de redistribuição socioeconômicas que incluam de fato o sujeito trans como participante do seu espaço, com direito à moradia, alimentação, assistência médica, cultural e profissional.

Quando questionado o que pensa sobre o papel da sociedade como um todo para a luta dos direitos de pessoas trans e homossexuais, o estudante B - (18 anos) defendeu que:

“O reconhecimento de que as pessoas que tem a orientação sexual diferente da metade da sociedade tivesse um pouco mais de respeito e empatia por mais que a orientação não seja a mesma todos merecem o respeito e ser respeitado como um ser humano o respeito deve vir e primeiro lugar assim ajudando a comunidade LGBTQIA+ a se sentir dentro dos padrões da sociedade e se sentir bem consigo mesmo, sabendo que o preconceito existe no mundo mas que estamos em constante mudança. É possível sim a aceitação das pessoas e o respeito “apesar de tudo acredito na bondade humana” -Anne Frank. Para



que o mundo seja melhor precisamos aceitar as pessoas do jeito que elas são e acolher como se fosse uma parte da gente. Isso faz toda diferença em um mundo cruel e sem acolhimento das partes das pessoas que acha que pode rotular uma pessoa pelo modo de como ela se comporta e de como ela escolheu ser diferente das outras, mas é isso que torna uma pessoa especial: ser diferente das outras.” – estudante B (18 anos).

Diante da visibilidade que se faz urgente, em prol da representação das pessoas transgênero, a educação é a ferramenta de maior projeção para o conhecimento e promoção da materialização dos direitos humanos. E o meio que legitimará, a partir da instituição escolar, a proliferação da empatia já na sociedade que garante a aprendizagem de práticas democráticas, ações que moldam os valores agregados por cada cultura, o respeito ao outro como a ti mesmo, ou seja, todos nós somos partícipes dos direitos e deveres apresentados na Constituição Federal. Diante desse pressuposto, reconhecer-se em uma identidade não-cisgênero, consolida a importância da militância no âmbito escolar, para a potencialização das mudanças culturais, a escola é um espaço de formadores de opinião, por si só possui um mecanismo de ação transformadora.

A desconstrução dos estereótipos relacionados a identidade de gênero define questões referentes aos discursos de uma sociedade em construção, da democracia e do pluralismo, assim como a aceitação ao que nos referimos como diversidade, direitos e deveres. Enfim, a prática dos direitos humanos no Brasil, é violado cotidianamente, e torna-se uma política excludente, em primeiro lugar, a pessoa trans não é aceita por sua própria família, depois os estereótipos iniciados em ambientes que deveriam acolher, como a escola e o círculo de amizades.

Considerações finais

Diante as violências e exclusões sofridas pela comunidade LGBTQIA+ é imprescindível que seus direitos sejam defendidos. A escola pode ser lugar de reflexão e discussão sobre as minorias e desigualdades existentes na sociedade, sendo os Direitos Humanos ponto de partida para evidenciar aqueles grupos sociais que não são assistidos por políticas públicas.

Se faz urgente e importante, promover informação e conhecimento através de materiais e linguagens acessíveis a todo e qualquer público. Uma das possibilidades é a criação e leitura de História em Quadrinhos como recurso didático, iniciando com personagens em um momento de diálogo na escola, com os estudantes cisgêneros e trans. A promoção da divulgação sobre a temática, pode



acontecer com distribuição de alguns exemplares para a comunidade e familiares. Além de ações específicas, como a criação de um material didático, vale ressaltar que o discurso contra discriminações, preconceitos e defesa dos Direitos Humanos deve permear o ambiente escolar de forma ininterrupta, no seu cotidiano, com projetos políticos pedagógicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero, Dossiê da III Conferencia Mundial contra o Racismo** (Durban, 2001), publicado pela Revista Estudos Feministas, nº1, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes de.; ALVES, Hailey. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. CRONOS, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>

_____, Jaqueline G. - **Orientações Sobre Identidade De Gênero: Conceitos E Termos 38/41 (2012)**. Visibilidade transgênero no Brasil. Correio Braziliense, caderno

Opinião, p. 13, 18 de janeiro. Disponível em: https://conteudoclippingmp.planejamento.gov.br/cadastrados/noticias/2012/1/18/_/visibilidade-transgenero-no-brasil.

_____, Jaqueline Gomes de. **Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio**. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odo_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio

THOMAS, K. **Seriam os direitos dos transgêneros direitos Inumanos?**. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, 22(1), 4–23, 2017.

